

GRANDEZA, RETRAIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA COTONICULTURA PAULISTA

Eng. Agr. Constantino Carneiro Fraga

1 — Escôrcço Histórico

Apesar de nunca ter atingido importância bastante para merecer dos estudiosos a indicação como caracterizador de algum ciclo de nosso desenvolvimento, a exemplo do que ocorre com a cana de açúcar, a mineração, o café etc., é certo que o algodão, de há muito que se inscreve entre os mais importantes produtos da atividade econômica do País. Isto pode ser comprovado por diversas circunstâncias, bastando para tanto em nosso entender, citar o fato de que, desde a década de 1820 a 1830, — quando disputava com o açúcar o primeiro lugar em nossa pauta exportadora, o algodão ocupou, quase constantemente papel de destaque no ról dos produtos exportados, embora o café, na grande maioria das vezes, ofuscasse fortemente as demais mercadorias.

Entretanto, a importância que vem de ser emprestada ao algodão só é verdadeira na medida em que abranja todo País a mais tradicional das suas zo-

nas produtoras ou seja, o Nordeste do Brasil. No Sul do País e especificamente no Estado de São Paulo, pode-se afirmar que até a década iniciada em 1930 o cultivo do algodão era feito essencialmente em função das necessidades do seu consumo interno. Vez por outra, essa constante era quebrada pela conjunção de circunstâncias favoráveis e então a produção expandia-se rapidamente, participava da pauta exportadora do Estado e assumia enfim os aspectos da exploração comercial. Foi o que ocorreu por exemplo durante a “fome de algodão” nos mercados europeus, provocada pelo bloqueio nos portos dos estados confederados pelas forças do Norte, durante a Guerra de Secessão americana. (1) Também após a grande geada de 1918, produziu-se acentuada expansão da coticultura paulista que aproveitando-se das boas condições do mercado internacional pouco oferecer uma alternativa de obtenção de renda às perdas sofridas pela lavoura de café.

(1) Alice P. Canabrava em “O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo” diz que Jean Jaques Aubertin então Superintendente da São Paulo Railway Co. mandou nessa época para a Inglaterra, amostra do algodão encontrado na varzea do Tietê. A “Associação para o suprimento de algodão de Manchester” mandou-lhe 200 kg. de semente e um descaroador. Iniciou-se assim a cultura e em 1863 foram remetidos à Inglaterra os dois primeiros sacos de algodão. Em 1870 a exportação atingiu o máximo de 10.204.610 kg., declinado daí por diante para chegar a 643.074 quilos em 1877.

Tais ocorrências eram entretanto raras e fugazes não bastando para distorcer o quadro duma economia algodoeira voltada para o consumo interno e bastante atrasada, tanto em seu aspecto agrícola como comercial. Dos primeiros tempos até meados de século XIX o aproveitamento do algodão foi calcado inteiramente em sistema artesanal com o uso de aparelhos primitivos para fiar e tecer e com as atividades limitadas ao âmbito caseiro ou pouca coisa mais. A primeira tentativa que logrou relativo sucesso para a instalação de fábricas de tecidos em território paulista data de 1851 em Sorocaba, segundo relata H. Ferreira Lima em sua "Evolução Industrial de São Paulo".

A partir de então, a indústria têxtil de São Paulo foi-se firmando e crescendo a um ritmo cada vez mais rápido. No início do século XX já era a segunda do País e 10 anos mais tarde, suplantando aquela do atual Estado da Guanabara, assumia a vanguarda no parque têxtil nacional.

No entanto, o algodão continuava a ser explorado só com métodos primitivos, com cultivos em pequena escala, nenhum interesse no emprêgo de sementes, ausência quase total de adubação e as demais características da cultura rotineira. No setor comercial, indo desde o benefício da fibra, embalagem, classificação etc., o atraso que se observava era mais ou menos semelhante ao da fase agrícola. Descarçadores antiquados, de pequena capacidade e com máus rendi-

mentos qualificativos e quantitativos eram utilizados. Tal facto aliado à inexistência prática de fiscalização das praxes comerciais e de regulamentação das mesmas, mormente no setor da classificação, resultava na obtenção de algodão com fibras muito desuniformes, fardos mal embalados, variação e mistura de tipos etc.

Embora a indústria têxtil continuasse a crescer, os progressos observados na economia algodoeira nos primeiros trinta anos deste século, eram modestos. Isto apesar de os preços do produto terem experimentado períodos favoráveis. Assim, em seu livro "A Indústria no Estado de São Paulo em 1901" Antonio Francisco Bandeira Junior citado por H. F. Lima, narra que já então São Paulo produzia abundante algodão "obtendo melhor preço que o café". Evidentemente o autor deve ter feito o cotejo apenas entre os preços de mercado dos dois produtos, coisa de importância muito relativa. Mas de qualquer forma serve de indicação às perspectivas de boa renda que a lavoura de algodão oferecia, caso fôsse bem conduzida. Isto viria ocorrer somente depois de 1930.

1.1 — *As causas da expansão*

Do que vem de ser dito, a conclusão importante a tirar-se é a de que não foi a indústria interna que provocou o surto algodoeiro de São Paulo. Mais exatamente, o desenvolvimento da indústria têxtil paulista e por consequência do mercado interno não foi sufi-

ciente para tirar a lavoura de algodão do estágio rotineiro em que se arrastou por longos anos e fazê-la passar ao nível de exploração moderna, racional, adiantada e progressista que em pouco tempo atingiu. Certamente que a indústria para isso contribuiu, mas sua participação cingiu-se quase que exclusivamente à aquisição de matéria-prima. Outras causas contribuíram de modo bem mais ponderável para a verdadeira revolução que então se processou na cotonicultura paulista. Dentre estas podemos lembrar as seguintes:

- a) O mercado externo.
- b) A grande crise cafeeira de 1929.
- c) O adiantado estágio de desenvolvimento que tinham atingido os trabalhos experimentais realizados com o algodão no Instituto Agrônômico de Campinas.
- d) As possibilidades que apresentam as fazendas de café, como unidades produtoras bem organizadas que são, de serem conduzidas à exploração, em diferentes graus, de um ou mais produtos agrícolas.
- e) A existência de substanciais tratos de terra ainda virgens.
- f) O nível relativamente desenvolvido que tinham atingido certos setores econômicos do Estado, como sistema de transporte, a rede bancária,

os serviços portuários, etc.

- g) A clarividente e decidida política de apóio e incentivo à cotonicultura empregada por aqueles então responsáveis pelas cousas públicas do Estado.

No arrolamento destas causas, não houve preocupação de ordená-las por ordem de importância e cremos bastar os seguintes e sucintos comentários para avaliar-se as influências pelas mesmas exercidas. O grande mercado internacional de algodão, um dos maiores dentre os mercados de produtos primários, era uma garantia segura para a colocação das possíveis sobras de produção. Esta causa deve ser considerada mais como uma condição necessária e não propriamente motivadora, pois já existia previamente. A crise de 1929 que iria lançar a cafeeicultura em longo período de graves dificuldades, colocou os cafeeicultores na contingência de tentar novas explorações que viessem compensar a perda de renda por eles sofrida. Ao mesmo tempo, libertou recursos sobretudo em braços e terras para serem aplicados em outras atividades. Dentre as diversas explorações agrícolas então ensaiadas, a do algodão era uma daquelas que melhores perspectivas apresentava. O Instituto Agrônômico de Campinas já tinha selecionado variedades bem adaptadas às condições agrícolas do Estado, com elevados índices de rendimentos para a época e com fibras de muito boas ca-

racterísticas intrínsecas. Também já tinha chegado a resultados conclusivos em relação a uma série de práticas agrícolas como: época mais adequada ao plantio, espaçamento de maior interesse, adubação recomendada etc. Cumpre consignar aqui a colaboração dada ao Instituto Agronômico de Campinas pela então Estação Federal de Algodão de Tupy.

Imediatamente foram criados pela Secretaria da Agricultura serviços eficientes de fiscalização do arrancamento dos restos de cultura para o combate às pragas, de orientação e fiscalização das máquinas de benefício, de classificação do algodão etc. Quase todos os setores das fases agrícolas e comercial da economia algodoeira passaram assim a contar com o apoio representado pela presença do Estado. As fazendas de café por sua vez, constituem unidades produtoras com grande potencial de diversificação de explorações já que as instalações exigidas para a exploração da cultura do café, como; casas para os trabalhadores rurais, terreiros e máquinas secadoras, veículos de transporte etc., reforçados com aquelas que muitas vezes complementam tais propriedades como: pomares, secção de criação, serrarias, oficinas mecânicas e outras, podem facilmente e com grande eficiência serem dedicadas a outras atividades agrícolas que não o café ou só esta. Aliás, nesta capacidade de produção potencial das fazendas de café, permitin-

do expansões surpreendentemente rápidas de culturas que entram na órbita dos interesses dos produtores deve ser buscada grande parte da explicação para as tão decantadas aptidões realizadoras do paulista. Por sua vez, a oferta de terras novas, permitindo a obtenção de grandes rendimentos por unidade de área sem investimentos em adubos iria permitir o prolongamento do "rush" algodoeiro, quando extravasados as propriedades de café. Esse conjunto de causas aliado e muitas outras foi o grande responsável pelo espetaculoso movimento expansionista ocorrido com a cultura de algodão em São Paulo a partir da década de 1930.

1.2 — O aumento da produção — O progresso verificado na produção paulista de algodão pode ser avaliado pelo exame do quadro 1.

Os números dificilmente poderiam ser mais expressivos. Em 10 anos a produção aumentou cerca de 30 (trinta) vezes. Partindo de 10.000 toneladas, 3 (três) anos após attingia 100 mil, alcançando 200 mil depois de mais 3 (três) anos e finalmente as 300 mil após igual lapso de tempo. Já então apenas 5 (cinco) países no mundo produziam mais algodão que o Estado de São Paulo e o menor daqueles o Egito, iria ser ultrapassado no ano seguinte. O rendimento era também bom para a época, pois nesse período a média girou em tórno de 53 arrôbas de algodão em caroço por

QUADRO 1. — Produção de Algodão em São Paulo

S a f r a s	Toneladas de algodão em pluma produzidas	I n d i c a 2
1930/31	10 500	100
1931/32	21 000	200
1932/33	34 750	331
1933/34	102 296	974
1934/35	98 207	935
1935/36	176 800	1 684
1936/37	202 600	1 929
1937/38	248 300	2 365
1938/39	273 264	2 602
1939/40	307 377	2 927

Ponte: Bólsa de Mercadorias de São Paulo.

hectare, quando um cálculo grosseiro nos indica 47 para os EE.UU., para os mesmos anos. O comprimento da fibra e os tipos de algodão obtidos, outros dois importantes aspectos, também mostravam progressos muito satisfatórios. Com efeito, à exceção das duas primeiras safras onde elevada porcentagem das fibras se incluía entre aquelas de comprimento entre 26 a 28 mm as restantes apresentavam mais de 90% enquadrada na classe das fibras de 28 a 30 mm. Quanto aos tipos, a partir da safra de 1934/35 onde atingem as informações que temos à mão, cerca de 60% das safras eram representadas pelos tipos 4 e 5 isto é, tipos finos e médios.

Neste ponto, talvez caiba registrar o fato de que êste vertiginoso progresso, que só iria encontrar paralelo no surto algodoeiro registrado no México após a II Guerra Mundial, foi totalmente obtido com recursos internos ou mais exatamente, sem o concurso da ajuda estrangeira sob a forma de

programas de cooperação técnica, planejamento, sistemas de incentivo do crédito, campanhas de promoção, etc. À época, tudo isso não existia ou não era ainda uma norma muito difundida. Não se veja neste registro, nenhuma tentativa para desmerecer a tendência por todos os títulos louvável e esperançosa, de mais estreita colaboração internacional verificada e mhosos dias, mas si muma advertência àquelas que esquecem de que, por mais valiosos que sejam tais programas, a tarefa principal, continua a depender do esforço dos próprios beneficiários aos quais cabe antes de mais nada "fazer por merecer" a ajuda recebida.

1.3 — A retração — O progresso da cotonicultura continuou em marcha cada vez mais acelerada até 1944. O quinquênio 1940/44 pode ser considerado o período áureo do algodão em São Paulo, assinalado por suas maiores safras, com rendimentos por unidade de área que demoraram a

ser superados e ótimas porcentagens de tipos finos. A safra de 1944 constitui o recorde absoluto no volume de produção, embora sobre outros aspectos (rendimentos por unidade de área e qualidade de tipos) não tenha sido tão boa quanto as de 1941 e 1943. As 463 193 toneladas de algodão em pluma obtidas naquele ano, equivaliam a cerca de 2 140 000 fardos internacionais, volume este que ainda hoje colocaria qualquer país entre os grandes produtores mundiais. Aquele volume foi também uma contribuição decisiva para que o Brasil registrasse naquele ano sua colheita recorde de 592 300 toneladas de pluma. Ao lado dessas primazias, 1944 representa também o "ponto de virada" da economia algodoeira paulista, pois no ano seguinte a safra foi uma das piores senão a pior de quantas São Paulo colheu a partir de 1930. É bastante dizer que de 463 mil toneladas de pluma passou-se para 232 mil, numa área igual de plantio, para ter-se a idéia do desastre que foi a safra de 1945, a qual, como é fácil supor, apresentou ainda enorme deterioração de tipos e das qualidades intrínsecas da fibra.

Os calamitosos resultados da colheita de 1945 podem ser atribuídos quase exclusivamente ao transcurso desfavorável do tempo que naquele ano foi realmente muito adverso. Daí para adiante entretanto, outras causas passariam a influir para manter a cultura de algodão em São Paulo em níveis bem mais modestos. Em verda-

de, 1945 inaugura um período de retraimento da produção algodoeira, pois com exceção da colheita de 1952 (mais de 350 mil toneladas) e daquela de 1962 (cerca de 275 mil toneladas) nunca mais a produção das máquinas de benefício do Estado, alcançou 250 mil toneladas de pluma. A sua área de plantio que ocupava o segundo lugar entre as lavouras paulistas só se deixando suplantado pelo café e sendo portanto a primeira dentre aquelas de ciclo anual, foi sendo alcançada pela do milho, que a superou nitidamente a partir de 1954. O próprio arroz e a cana passaram a registrar plantios tão grandes quanto o algodão e em 1958 ambos chegaram a ocupar maior área que este. Com a reação ocorrida nos últimos anos, o algodão conseguiu de novo estar quase sempre à frente da cana mais não deslocou o arroz. Nos últimos 5 anos sua área de plantio é habitualmente a 4.^a em tamanho.

Quanto ao valor da produção, a perda posicional do algodão no cenário agrícola paulista foi ainda maior, pois dum privilegiado segundo lugar, que em certos anos aproximou-se do café, passou em 1953 para o quarto e em 1957 para o sétimo, antecipado pelo café, bovinos, arroz, milho, cana de açúcar e leite. Nos últimos três anos encetou boa reação, voltando em 1960 ao terceiro posto (após os bovinos e o café) e para o quarto em 1961, muito próximo ao milho, que passou para o terceiro. Daí para a frente tem-se mantido entre o 3.^o e 6.^o lugar sendo de notar

que em 1962 e 1964 sua renda bruta superou a do café.

1.4 — As causas da retração — Já foi dito que a partir da brusca queda de produção verificada em 1945, podem ser discernidas certas causas atuando no sentido de manter a produção algodoeira de São Paulo em níveis bem menores que aqueles atingidos no quinquênio 1940/44. Tais causas podem ser divididas em internas e externas embora estejam quase sempre entrelaçadas em certo grau e algumas sejam também efeito. Dentre as causas internas, lembramos das seguintes:

- 1) O novo surto cafeeiro verificado logo após o término da segunda guerra mundial. A elevação dos preços no mercado internacional deste produto originou mais uma das famosas corridas que êle costuma provocar entre os lavradores. Desta vez, isto não só resultou em enorme absorção de braço, capital e demais fatores de produção disponíveis, como provocou um grande desvio de recursos para o Paraná, região que oferecia melhores perspectivas para a expansão do café.
- 2) Esgotamento das terras novas e férteis, exigindo o emprego de melhor técnica e maior inversão de dinheiro na exploração econômica da lavoura de algodão.
- 3) Concorrência de outras explorações agri-

colas mais atraentes quanto ao aspecto econômico particularmente o amendoim e a pecuária de corte.

- 4) Tendência apresentada por certas lavouras destinadas ao consumo interno como o milho e o arroz, de passarem da fase de cultura de subsistência para o tipo de lavoura comercial, tornando-se atraente quanto ao aspecto do crédito, da comercialização, etc., e aumentando assim, as alternativas dos produtos quanto ao aspecto do crédito, da comercialização, etc., e aumentando assim, as alternativas dos produtos quanto às "cash crops".
- 5) Sensível aumento no preço do arrendamento das terras, sobretudo das boas terras para algodão, lavoura que é grande parte "tocada" por arrendatários.
- 6) Dificuldades ocasionais no abastecimento de alguns produtos indispensáveis à produção de algodão, como certos inseticidas e adubos, etc., bem como aquelas de ordem geral que incidem sobre a nossa agricultura (deficiência de crédito, de maquinaria, etc.).
- 7) Em certa medida, atração passageira mais violenta provocada por certas explorações que um conjunto de circunstâncias possibilitou ótimas

perspectivas de renda como foi o caso da menta.

- 8) O grande desenvolvimento urbano que além da influência geral na agricultura, fez com que muitas explorações de consumo interno, notadamente as hortaliças, legumes e frutas passassem a oferecer perspectivas de renda e maior atração aos agricultores.

Dentre as causas externas cremos poder citar:

- a) A política norte-americana de colocação dos seus excedentes algodoeiros. Pressionados pelo avolumar contínuo dos seus estoques de algodão, resultante por um lado, das crescentes exportações dos outros países produtores e por outro da inocuidade do seu programa no referente à redução do volume das suas colheitas, o EE.UU. viram-se compelidos a adotar uma política agressiva de exportação, a qual justificam com a alegação de constituir o restabelecimento de sua "participação histórica" no mercado internacional. Em última análise, esta política, tem resultado numa redução dos preços internacionais do produto em que pese os visíveis cuidados daquele país em não provocar drásticas perturbações no mercado internacional resultante não só das disponibilidades norte-ame-

ricanas como também daquelas dos demais países do mundo livre, (cujo aumento de produção era em parte decorrente da política norte-americana de preços de sustentação) estava pressionando para baixo os preços internacionais do algodão. A influência das cotações internacionais evidentemente fez-se sentir sobre os nossos preços internos, não obstante ser a mesma de difícil mensuração devido à interferência de muitos fatores de perturbação como: inflação, modificações cambiais, vendas simbólicas, etc. É fácil compreender entretanto que foi esta uma das causas de terem os preços internos do algodão acusado perdas em relação a outros produtos agrícolas. Contribuiu também para tornar em certas ocasiões "gravoso" o nosso algodão isto é, com preços internos maiores que os do mercado mundial.

- b) As notáveis conquistas obtidas no rendimento por unidades de área em alguns dos principais países produtores, mormente com a generalização do cultivo irrigado. Nos EE.UU. onde a limitação da área de plantio tem influído nesse sentido (utilização das melhores áreas, melhor preparo da terra, maior uso de adubos, etc) e onde ainda

grande parte da lavoura não é irrigada, a produtividade que nos idos de 1930 era um pouco inferior à de São Paulo, já é presentemente cêrca de 50% melhor, não obstante os progressos ultimamente conseguidos nesse setor pela cotonicultura paulista.

c) A concorrência das fibras artificiais, cuja influência dispensa explicações.

A ação de muitas das causas tanto internas como externas que vêm de ser citadas, se refletem nos preços do produto e em suas relações. O seguinte quadro, incluindo o período para o qual se dispõe de dados, indica até certo ponto aquela influência.

As colunas 6 e 7 mostram

as perdas sofridas internamente pelos preços reais do produto e o cotejo entre os países das colunas 3 e 4 indica a perda de posição dos preços do algodão em relação aos preços do conjunto dos demais produtos agrícolas que compõem o índice da coluna 4. O significado disto talvez se possa resumir dizendo que a lavoura de algodão passou a oferecer menores perspectivas de renda real (para igual produtividade) e que outras atividades agrícolas aumentaram em relação àquela, o interesse que despertam junto aos produtores.

2 — *A posição atual e os esforços para o reerguimento*

Não obstante o acanhamento pelo algodão, êle ainda continua a ser um dos grandes

QUADRO 2. — Preços do Algodão em São Paulo

Períodos	Preços médios recebidos pelos lavradores algodão em carço		Índice dos preços agrícolas (24 prod.)	Índice geral dos preços	Preços deflacionados do algodão	
	em Cr\$/15 kg.	Índice			Índices	Índices
	2	3	4	5	6	7
Média						
Quinquênio						
1948/52	78,20	100	100	100	78,20	100
53	79,30	101	155	145	54,70	70
54	106,00	136	204	183	57,90	74
55	136,00	174	231	213	63,80	82
56	147,00	188	259	255	57,60	74
57	177,00	227	283	291	60,80	78
58	194,00	248	282	329	59,00	75
59	251,00	321	370	461	54,40	69
1960	390,00	499	516	585	66,40	85
61	588,00	752	726	803	73,30	94
62	744,00	951	1.198	1.218	61,10	78
63	1.200,00	1.534	2.026	2.116	56,70	73
64	2.500,00	3.205	(/) 4.001	4.023	61,80	79
(/) 65	3.800,00	4.872		6.240	60,90	78

Fontes: Col. 2 — Secção de Mercados e Preços — Divisão de Economia Rural. Secretaria da Agricultura - São Paulo.
Col. 3-4 — Conjuntura Econômica.
(/) — Dado preliminar.

produtos da agricultura paulista. Em certos aspectos como o da exportação, mantem-se firmemente como o seu segundo maior fornecedor de divisas, é a coluna mestra do imponente parque têxtil de São Paulo, a segunda maior fornecedora de óleos vegetais alimentícios, além de importantíssimo suprimento de matéria prima para o fabrico de rações animais, sabões e outros produtos.

No que se refere à exportação, cumpre dizer que não obstante a importância da mesma como foi assinalado mais acima, São Paulo é também um ponderável importador dos demais estados mormente dos finos algodões nordestinos. Em que pese a deficiência de informações concernentes a este assunto, cremos poder afirmar ser São Paulo o Estado que mais consome o algodão do Nordeste, pois sua indústria nos últimos anos está absorvendo a média anual de mais de 30.000 toneladas desses algodões.

Tendo em vista a enorme importância que teve, tem e poderá ainda ter o algodão na economia do Estado, as autoridades governamentais e os técnicos da Secretaria da Agricultura vêm, desde há alguns anos concentrado esforços no sentido de soerguer a cotonicultura paulista. Esse movimento tem contado com o decidido apoio de muitos círculos interessados como a Bólsa de Mercadorias, associações de classe, exportadores, industriais, beneficiadores etc., reunidos na Comissão de Defesa e Promoção da Cotonicultura sob os auspícios e

orientação da própria Secretaria.

Em consequência dos esforços que vêm sendo feitos nos últimos tempos, já se pode observar alguns resultados bastante, significativos. Dentre tais conquistas, cumpre destacar as seguintes:

- a) A produtividade da lavoura (rendimento por unidade de área) está alcançando índices inéditos, bastando dizer que a média anual do quinquênio 1961/65 é de 158 arrobas de algodão em caroço por alqueire, contra 128 no grande quinquênio algodoeiro de 1940/44. O exame do quadro de rendimentos que vão anexados ao presente (Dados estatísticos III) mostra rendimentos magníficos no período 1930/34, particularmente aquele de 1931. Cumpre entretanto ter em conta que a fidedignidade de tais dados é relativa, pois à época, as informações sobre este assunto eram bastante precárias e também a produção era pequena, muito menos representativa portanto.
- b) Melhoria no comprimento da fibra. — Este importante característico da fibra, mormente no que se refere às suas substanciais implicações econômicas, experimentou magnífico progresso como comprova ao simples exame do quadro 3.

QUADRO 3. — Distribuição por Comprimento de Fibra da Produção Paulista de Algodão em Pluma (Porcentagens)

Anos	menos				mais		
	(15/16") de 26 mm	(15/16") 26 mm	(31/32") 27 mm	(1") 28 mm	1 1/32" 29 mm	1 1/16" 30 mm	(1 1/16") de 30 mm
1955	0,12	5,43	36,55	50,12	7,62	0,16	—
56	—	0,59	21,98	68,61	8,79	0,03	—
57	0,07	1,69	39,78	53,92	4,52	0,02	—
58	—	0,02	0,83	14,74	77,74	6,21	1,20
59	0,01	0,23	1,60	6,57	18,26	54,49	18,84
60	0,02	0,13	0,38	3,00	20,85	60,84	14,78
61	—	0,11	0,11	9,09	59,05	25,58	6,06
62	—	0,08	0,07	1,68	43,20	44,05	10,02
63	—	0,10	0,10	0,38	9,40	55,73	34,29
64	—	0,06	0,04	0,03	0,76	24,36	74,74
65	—	0,15	0,03	0,14	1,79	27,72	70,17

Fonte: — Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

Observa-se que num ano (de 1957 a 1958) o grosso das safras passou do comprimento de fibra de 1" para 1 1/32" e no ano seguinte (1959) para 1 1/16".

Nesse árduo movimento de recuperação, cumpre dizer que nem tudo tem sido vitória. Ao par das maiores produções, com melhores rendimentos por

unidades de área e fibras mais longas, a distribuição das safras por tipos continua muito má e até com tendência para pior, como se pode constatar pelo quadro seguinte:

A porcentagem de tipos ruins continua muito alto, assim como muito baixa aquela dos tipos finos. O contraste seria muito mais contundentes se

QUADRO 4. — Distribuição por Classe de Tipos do Algodão em Pluma em São Paulo (em porcentagens)

Safras	Tipos finos "1" a "4/5"	Tipos médios "5", "5/6" e "6"	Tipos baixos "6/7" a inf. a "9"
1955/56	2,45	62,86	37,14
57	0,06	57,82	42,12
58	2,41	74,11	23,48
59	1,24	74,40	24,36
60	1,95	65,93	32,12
61	2,42	54,46	43,12
61/62	2,38	87,00	10,62
62/63	3,07	81,70	15,23
63/64	13,57	67,32	19,11
64/65	0,42	49,35	50,23

Fonte: — Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

1.
fôsem incluídas no quadro acima as safras de períodos já distantes como aquelas de 1935 a 1944 quando eram comuns as colheitas que apresentavam mais de 50% de tipos finos. A principal explicação para essa deterioração dos tipos, reside nas dificuldades de braço para a colheita, tornado a operação muito onerosa e o excesso de capacidade das nossas máquinas de benefício, provocando aguda concorrência entre elas e como resultados menores exigências por parte das mesmas com relação do algodão em caroço que adquirem. Como quer que seja, não há dúvidas que este setor está a exigir um grande esforço de recuperação dos meios algodoeiros paulistas e o caminho não se mostra dos mais suaves. De resto, muitas outras dificuldades terão de ser continuamente arrostadas e algumas, como a presença da "murcha", já o estão sendo. Isto é porém a contingência irrecusável e necessária de toda a atividade humana em sua marcha para o progresso e os paulistas estão enfrentando-a com dedicação, embora conscientes de que o seu Estado não mais apresenta as favoráveis condições que possibilitaram o surpreendente surto algodoeiro da década de 1930.

3 — *Medidas recentes para o amparo à cotonicultura*

Em 1962, a extinta Junta Nacional do Algodão recomendou como meta de produção a ser obtida pelo país em 1966, a quantidade de 600 mil toneladas em pluma destinada a atender o crescente, consumo

interno e fornecer ainda um contingente razoável para exportação. Nesse total, a produção de São Paulo deveria ser da ordem de 250 mil toneladas. A quota de São Paulo coincidiu com aquela recomendada pela Secretaria da Agricultura. Os técnicos deste último órgão, considerando ainda os rendimentos por unidades de áreas verificados nos anos mais recentes, concluíram por admitir como desejável um plantio de 280.000 alqueires (678 mil hectares) a fim de assegurar a produção almejada. Esta área é algo superior ao plantio médio anual vem sendo registrado em nosso Estado, o qual, no quinquênio 61/65 foi de 249.000 alqueires (603 mil ha). Sob o ponto de vista da superfície de plantio há portanto necessidade de promover-se certa expansão, pois as áreas que presentemente estão sendo plantadas situam-se em níveis perigosamente baixos, sem a margem suficiente para responder à ocorrência de adversidades climáticas mais sérias, o que em São Paulo não é raro para o algodão. É claro todavia, que esse aumento na área de plantio não deve ser conseguido sem a melhoria no rendimento, o qual, em última análise é o que irá realmente trazer o reforço da economia algodoeira e como uma das consequências, o aumento da nossa capacidade competitiva no mercado internacional.

Visando esses dois objetivos básicos, isto é, aumentar a área de plantio e elevar a produtividade, uma comissão de técnicos da Secretaria da Agricultu-

ra, há poucos meses atrás recomendou aos poderes competentes a adoção duma série de medidas que passaremos a resumir do modo seguinte:

a) Preços mínimos — Elevação das bases de preços mínimos a níveis mais próximos dos preços do mercado. Esta é, em curto período, providência de maior efeito do aumento da área de plantio.

b) Campos de cooperação — Aumento do número ou, das áreas de campos de cooperação. Isto traria, entre outros, os seguintes benefícios:

1.º Contribuiria para elevar a produtividade da lavoura de algodão em geral, pois os rendimentos dos campos de cooperação, via de regra, são maiores.

2.º Esses novos campos de cooperação sendo localizados nas regiões mais indicadas para a cotonicultura como sejam a Mogiana e Alta Araraquense, contribuirão também para ir deslocando a cultura das zonas menos indicadas a cultura para as mais favoráveis.

3.º Maior suprimento de sementes selecionadas e conseqüentemente possibilidades não só de aumentar o padrão qualitativo das mesmas como também de atender mais amplamente às solicitações dos outros estados.

4.º Aumento das possibilidades de introdução de melhores técnicas de cultivo de algodão, pois os campos de cooperação constituem ótimo meio para isso.

c) Campanha de produtividade — Dinamização das atuais campanhas de produtividade que a Secretaria da Agricultura promove. Estas, ao invés de limitarem-se à distribuição de troféus e medalhas, contemplariam outros benefícios a serem concedidos aos primeiros classificados nos concursos de produtividade. Dentre tais benefícios e vantagens podem ser citados: redução da taxa de juros nos financiamentos concedidos pelo Banco do Estado, garantia de fornecimento de sementes “pretas” e com redução de 50% nos seus preços, prioridade no financiamento para aquisição de máquinas e implementos agrícolas com menores despesas, idem para aquisição de adubos e corretivos etc. Em cada município algodoeiro, seriam contemplados 3 produtores, respectivamente para as pequenas, médias e grandes áreas de plantio, só podendo concorrer aqueles que obtivessem, pelo menos, 250 arrôbas de algodão em caroço por alqueire.

d) Campanha para a melhoria da qualidade (ti-

pos) do algodão em caroço. A campanha de incentivo ao aumento da produção seria complementada com uma outra que visasse à melhoria dos tipos de algodão em caroço.

A campanha para a melhoria dos tipos seria praticamente uma extensão da anterior, pois consistiria em adjudicar aos produtores que obtivessem as melhores classificações médias para os seus algodões, as vantagens já descritas na campanha da produtividade. Obviamente o esforço para a melhoria dos tipos de algodões em caroço, poderia ser complementado com um movimento para a melhoria dos tipos de algodão em pluma, setor êste que, ao vêr dos técnicos já citados, deveria ser conduzido pelas firmas particulares de benefício sob a égide da Bol-

sa de Mercadorias de São Paulo. Finalmente, como arremate para a melhoria da qualidade, foi sugerida uma revisão das normas atuais da classificação do algodão no sentido da atualização das mesmas, sobretudo contemplando uma melhor discriminação para os algodões coloridos.

Em linhas gerais é êsse o conjunto de medidas que os técnicos da Secretaria da Agricultura estão sugerindo e que acreditamos ser suficiente para não só impedir que o algodão continue pelo plano inclinado da retração nas áreas de plantio, como assegurar-lhe o papel de um dos principais estímulos da pujante agricultura paulista.

A título de ilustração apresentamos a seguir o quadro 5 com a produção de todo o moderno ciclo algodoeiro de S. Paulo.

QUADRO 5. — Produção e Rendimento de Algodão no Estado de São Paulo.

Anos	Área Plantada		Prod. alg. em caroço		Rendimento		Prod. Algod. em pluma
	Alqueires	ha	t	1 000 ar.	ar./alq.	kg/ha	
1	2	3	4	5	6	7	8
29/0	6 500	16 000	13 114	874	134,5	819,6	3 934
1930/1	11 800	28 556	35 000	2 333	197,7	1 225,6	10 500
2	37 695	91 222	71 667	4 778	126,7	785,6	21 272
3	49 368	119 470	115 828	7 721	156,4	969,5	34 748
4	130 551	316 933	325 271	21 685	166,1	1 102,3	102 296
5	226 665	548 529	312 269	20 818	91,8	569	98 207
6	373 342	903 487	555 296	37 020	99,2	615	176 810
7	431 174	1 043 431	646 314	43 088	99,9	619	202 718
8	434 160	1 050 667	763 524	50 902	117,2	726	248 290
9	372 988	902 413	805 556	53 704	144,0	892	273 264
0	474 700	1 149 000	906 986	60 466	127,4	789	307 377
1940/1	442 699	1 071 331	1 143 032	76 202	172,1	1 066	380 767
2	458 565	1 109 727	830 946	55 396	120,8	749	282 665
3	537 108	1 299 801	1 089 450	72 631	135,2	838	375 098
4	730 425	1 767 628	1 315 663	87 711	120,1	744	464 193
5	727 809	1 761 298	639 915	42 661	58,6	369	232 674
6	448 430	1 085 200	486 411	32 427	72,3	448	173 349
7	500 842	1 212 037	491 556	32 770	65,4	406	175 255
8	345 460	836 013	416 694	27 780	80,5	499	149 138
9	397 133	961 061	629 322	41 955	105,7	655	221 661
0	487 973	1 185 735	447 782	29 852	61,2	379	165 149
1950/1	482 302	1 167 170	612 196	40 813	85,0	527	230 571
2	550 242	1 331 585	963 740	64 249	116,8	724	350 790
3	399 497	966 782	653 631	43 573	109,7	680	235 504
4	326 000	788 920	594 642	39 643	121,6	754	220 201
5	260 000	629 200	627 473	41 831	160,9	998	231 837
6	325 000	786 500	519 309	34 621	106,5	660	199 137
7	196 000	474 320	357 928	23 862	121,7	755	136 224
8	170 000	411 400	394 271	26 285	154,6	959	143 829
9	200 000	484 000	502 431	33 495	167,5	1 038	187 975
0	206 000	498 520	527 963	35 197	171,9	1 065	197 467
1960/1	235 000	568 700	520 122	34 675	147,5	914	197 967
2	280 000	677 600	712 712	47 514	169,7	1 052	276 705
3	250 000	605 000	597 436	39 829	159,3	987	226 011
4	210 000	508 000	597 176	39 812	189,6	1 175	227 210
5	270 000	653 000	521 950	34 797	128,8	799	199 097
(7) 6	197 000	477 000	555 000	37 000	187,8	1 163	

OBSERVAÇÕES: — FONTES:

De 1929/30 a 1932/33 — Anuário Algodoeiro da BMSP 1941.

Até 1937/38 — Área calculada segundo a semente distribuída — An. Algodoeiro B.M.S.P. — 1941.

1938/39 a 1941/42 — Anuário Algodoeiro B.M.S.P. — 1941

Área efetiva segundo a Seção de Sementes do P.D.V. Secretaria da Agricultura.

De 1942/43 em diante — D.E.R. da Secretaria da Agricultura.

De 1954/55 em diante — Estimativa por amostragem.

Col. - 4 - A partir de 1939/40 — Produção de algodão em caroço do Estado de São Paulo — Está deduzida a quantidade proveniente de outros Estados.

Col. - 8 - Produção bruta de algodão em pluma - dados pela B.M.S.P. e incluindo portanto algodão em caroço de outros Estados, beneficiado em São Paulo.

(7) (D) 2.ª Previsão da S.A.